
ENSINO, PESQUISA E FORMAÇÃO DE ESTUDANTES E PROFESSORES

Prof. Dr. Ildeu Moreira Coelho¹

Nas últimas décadas, muito se tem falado e escrito sobre a suposta *integração* entre o ensino, a pesquisa e a extensão que, no discurso sobre a universidade brasileira a partir dos anos setenta do século XX, sobretudo nos movimentos docente, estudantil e de técnicos-administrativos, geralmente aparecem integradas ou passíveis de integração. Os conflitos que aparecem não são vistos como constitutivos da relação entre essas realidades, mas como meros acidentes de percurso, a serem equacionados na paz sepulcral da integração. Se esta eventualmente desaparece do fazer universitário, pode e deve ser novamente buscada e realizada. Esse discurso ideológico naturaliza a história, nega as contradições constitutivas do social e do político, os conflitos inerentes às relações entre o ensino, a pesquisa e a "extensão" universitária, representadas então como harmônicas.

Não trabalharei aqui a provável integração entre essas áreas por considerá-la impossível e um dos mitos que ocultam os conflitos e as contradições que perpassam a vida acadêmica de ponta a ponta e, ao mesmo tempo, negam a história real dos homens, a ininterrupta instituição da existência social. Não trabalharei também a "extensão" universitária, o que me levaria necessariamente a perguntar o sentido, os pressupostos e as implicações dos conceitos de "extensão", "comunidade" e "integração". Proporei, entretanto, questões para que pensemos as relações entre o ensino, a pesquisa e a formação de estudantes e professores, ou melhor, a universidade como instituição que, ao ensinar e pesquisar, forma os estudantes e seus docentes em todas as áreas. A universidade é freqüentemente imaginada como um *locus*, o *lugar* onde docentes e discentes estão, trabalham, estudam, entram e saem; um cartório que legitima fatos e atos praticados nos termos da legislação específica, uma

¹ Doutor em Filosofia, Professor do Departamento de Fundamentos da Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás

estrutura funcional que envolve professores, alunos e técnicos-administrativos na produção do ensino superior e da pesquisa, uma instituição que produz e transmite conhecimentos e tecnologias avançadas, forma profissionais e especialistas em fazer isso ou aquilo, prepara jovens e adultos para o mundo moderno e para serem bem sucedidos no mercado de trabalho e nos negócios. Essa reificação e instrumentalização da universidade, do ensino e da pesquisa, e a ênfase na dimensão propedêutica como traço distintivo e definidor de sua especificidade negam seu sentido e empobrecem sua identidade.

Hoje ciência e tecnologia são constituídas como forças produtivas e, portanto, se encontram intrinsecamente ligadas ao mercado. O ensino superior também tem sido imaginado e construído sob a ótica do mercado de trabalho. Entretanto, encaminhar as questões da universidade, do ensino de graduação e da pesquisa do ponto de vista do mercado é tratá-las sob a ótica da medida, do lucro, do capital, negando a natureza do processo educativo. Submeter-se então à lógica do mercado é submeter-se à lógica empresarial que tudo homogeneiza, negando a especificidade da academia, do ensino e da pesquisa, sujeitos a temporalidades e lógicas próprias. Além de teoricamente equivocado, é ingênuo e perigoso imaginar uma relação direta e linear entre a universidade e o mercado de trabalho, sobretudo quando na sociedade atual o mercado de trabalho é completamente imprevisível e às vezes assume formas jamais imaginadas.

Criação humana, produção histórico-social, a universidade não se encontra pronta, mas se faz na permanente criação e realização de sua obra de cultura, contribuindo ou não para a existência de indivíduos autônomos e livres, de sujeitos da cultura e da história, da sociedade democrática e justa. Afinal, os homens fazem a história em condições socialmente determinadas, mesmo que não tenham consciência dessa criação.² Embora enraizada no mundo da história, a universidade pode ser pensada em seu ser, naquilo que é constitutivo de sua natureza. Surge, então, em seu sentido mesmo, como inseparável do trabalho da razão, do movimento próprio da filosofia que Platão chamou de *conversão*¹ do múltiplo ao Uno, do contingente e mutável ao necessário e imutável, da aparência à essência, ao ser, do empírico ao inteligível.

Nesse movimento de conversão da alma à Idéia, para usarmos a expressão platônica, a universidade é compreendida como aquilo que

¹ Cf. MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte.

² PLATÃO. Rep. 518 d, 518 e, 521 c, 479 e-480 a. Cf. também JAEGER, Werner. Paidéia: a formação do homem grego, p. 883-896.

é, em virtude de sua própria natureza, do ser mesmo constitutivo dessa instituição. Em vez da multiplicidade empírica, historicamente determinada e situada, de descrições do cotidiano da vida universitária, ou de uma universidade utópica, aquela que *deveria ser*, o que é posto como imperativo é um modelo ideal de universidade, "o *outro* da realidade empírica [...]. Mas esse *ser-outro* não é uma negação senão como primeiro momento do movimento dialético que visa restituir o múltiplo empírico segundo a necessidade ou o dever-ser da Idéia."⁴

Sem dúvida ela é feita por homens e mulheres, não em seu mero fluir empírico no espaço e no tempo, mas que, pensando-a como *norma* de inteligibilidade da existência, da ação e da obra de cultura que realiza e com a qual se identifica, encarnam em sua vida a insaciável sede de saber, cultivam a vida intelectual, a dúvida, o pensamento, os conceitos, os argumentos, a imaginação, a sensibilidade e, sem se afastar do modelo ideal, da idéia de universidade, do Bem, do Belo, e sem renunciar à razão e "ao dever da verdade"⁵, constroem o presente e o futuro da universidade, da sociedade, da humanidade.

Daí a necessidade de se recuperar a universidade como Idéia em sentido kantiano, como instituição por excelência da contestação, do rigor no trabalho com os conceitos e os métodos, da inserção *rigorosa e crítica* de docentes e discentes na esfera da cultura, do pensamento, da imaginação e da sensibilidade, da *formação* de seres humanos, e a necessidade de se trabalhar para realizá-la. A universidade é, pois, inseparável do mais elevado ideal de racionalidade e de perfeição humana, do trabalho para realizar o dever-ser da transcendência, da superação dos limites da empiria, da aparência, do aqui e do agora, do irrefletido, do útil e de tudo o que procede do instinto, dos impulsos.

Não precisaríamos da universidade, instituição complexa e de difícil criação e realização, nem do trabalho demorado e exigente de formação humana, para o desenvolvimento de habilidades, a transmissão de conhecimentos, informações e tecnologia, a formação de especialistas em determinada área, de peritos no desenvolvimento de certas atividades, de indivíduos que saibam fazer bem isso ou aquilo, de profissionais para o atendimento ao mercado de trabalho. A profissionalização é também um modo de fechar horizontes, de impedir ou limitar o aprendizado e o cultivo de outros saberes, como se o profissional não fosse um ser

⁴VAZ, Henrique Cláudio de Lima. Escritos de filosofia III: filosofia e cultura, p. 14.

⁵SANTOS, Milton. O intelectual anônimo. Correio Brasiliense, 25.6.2001.

humano e se durante a vida fosse desenvolver sempre a mesma atividade e para realizá-la precisasse apenas de um saber técnico especializado, de um saber fazer.

Contrariamente ao pragmatismo da sociedade contemporânea, é preciso lembrar que na vida, e também na universidade, na formação e no ensino, coisas e realidades aparentemente inúteis podem na verdade ser muito significativas, imprescindíveis e mesmo úteis. A formação profissional não pode, então, de forma simplista e aligeirada, se dar com o sacrifício ou o abandono da formação geral. A pressa em atender ao mercado e em preparar técnicos e especialistas, sem o cultivo do raciocínio, da reflexão, do direito e de valores intrinsecamente ligados a nossa condição humana, afasta-nos da razão, da autonomia, da consciência, da liberdade e da justiça, e devolve-nos à esfera animal. A própria profissionalização na universidade não pode consistir em ensinar o jovem a fazer isto ou aquilo, deste ou daquele outro jeito, mas deve ser aberta, tecnicamente fundada, alicerçada numa formação ampla, rigorosa e que cultiva o raciocínio, a compreensão, a comunicação, a criação e a capacidade de identificar problemas e de produzir alternativas para superá-los, preparando assim o jovem para enfrentar o novo, os desafios que o mundo da convivência social e do trabalho certamente lhes apresentará ao longo da vida.

Sem se deixar reduzir a instituição concedente de diplomas que garantem privilégios ou monopólio no exercício de uma profissão, o que seria desqualificar sua existência, a universidade deve propiciar ao aluno uma rigorosa formação básica que o torne capaz de assumir várias atividades ao longo de sua vida profissional, ficando sob responsabilidade das empresas o preparo técnico especializado para o desempenho de tarefas. E então, mais do que o desenvolvimento de competências e a transmissão de conhecimentos, de informações, de verdades prontas e das últimas descobertas científicas numa determinada área, o que importa é buscar a inserção crítica de todos os estudantes no mundo da cultura, do pensamento, da imaginação e da sensibilidade, ensiná-los a trabalhar com os conceitos, as teorias e as articulações lógicas, a perguntar pelo sentido, gênese, possibilidades, limites, pressupostos e implicações, a pensar e a superar as idéias e a realidade. Que sentido e importância teria o ensino de verdades prontas e acabadas, sob o rótulo da razão, da filosofia e das ciências?

Nenhum curso deve e não tem condições de verdadeiramente atender às necessidades e aos interesses (particulares, específicos e

muitas vezes conflitantes) de indivíduos e grupos, nem de oferecer à sociedade um profissional acabado, mas deve dar aos estudantes uma formação rigorosa e crítica, a partir da qual possam enfrentar o mundo do trabalho. Mais do que profissionalizar, no sentido estreito da expressão, é preciso ensinar os jovens a pensar, a compreender o mundo, o homem, a sociedade, os textos, as ciências, a tecnologia, as letras, as artes e a filosofia. A formação continuada, hoje tão discutida e valorizada, de modo algum prescinde de ou substitui uma sólida formação básica.

No Brasil o ensino de graduação tem assumido ideologicamente a função de profissionalizar os indivíduos, de formar mão-de-obra para o mercado, de prepará-la para o desempenho de tarefas determinadas, em geral sem espírito crítico e sem rigorosa compreensão do mundo físico e social e do universo do trabalho, e de selecionar os que terão condições de continuar os estudos na pós-graduação. Enquanto a realização de estudos avançados e o desenvolvimento de atividades de investigação migram para a pós-graduação, considerada espaço privilegiado da qualificação das pessoas, a graduação *aparece* como o espaço próprio de professores menos qualificados e de alunos com menos condições para o trabalho intelectual avançado. Assumir a perspectiva da profissionalização é ainda aceitar sem crítica as diretrizes dos economistas dos organismos internacionais e docilmente aplicá-las na esfera da educação, com vistas à luta pelo emprego e à competitividade no mercado de trabalho. Enfim, é aceitar o tecnicismo, o economicismo, a especialização, a necessidade de aprender a fazer, o imediatismo pragmatista, o utilitarismo, a ótica operacional e funcionalista da economia, do mercado e da escola.

O que justifica a universidade, entretanto, não é a profissionalização, a formação de indivíduos que, segundo Platão, se deixam levar pelas idéias da maioria ou pelo que provém da experiência, não sabem distinguir o que *em si* é belo, bom e justo do que é feio, mau e injusto, e não conhecem "a diferença essencial entre a natureza da necessidade e a do bem."⁶ Pelo contrário, a universidade *é* e, ao mesmo tempo, é chamada a se fazer, a se converter na instituição por excelência da reflexão, da crítica, da formação de seres humanos que também trabalharão como professores, médicos ou engenheiros, por exemplo. Existe para formar pessoas que, onde estiverem e atuarem, pensem as idéias e a prática e trabalhem para superar o mundo em que vivem, a

⁶PLATÃO. *República*, 493 a-d.

realidade com a qual se defrontam e as ações que desenvolvem, e tudo façam como *sócios* dessa grande invenção humana que é a sociedade, tendo em vista o processo de humanização e a realização da sociedade justa.

Institui-se como universidade e realiza essa formação da qual estamos falando à medida que cultiva a dúvida, o estudo, a racionalidade, a reflexão, a crítica, a contestação, a busca sempre retomada da verdade, o rigor e a radicalidade no pensar, a imaginação e a sensibilidade, ao realizar a iniciação *crítica* de jovens e adultos na universo das ciências, da tecnologia, da filosofia, das letras, das artes, enfim, no universo da cultura, do saber, da ética, da civilização; enfim, ao contribuir para a humanização de todos os homens e mulheres, de suas relações com a natureza e com o outro e, portanto, para a criação de novas formas de existência pessoal e coletiva que tenham, ao mesmo tempo como condição de possibilidade e fim, a autonomia, a liberdade, o direito, a igualdade, a justiça, a democracia, a solidariedade, a fraternidade, enfim, o presente e o futuro da espécie humana, da humanidade.

O que a justifica, portanto, é a formação de pessoas que pensem as idéias e a prática e ajam como seres humanos. E formar é diferente de instrumentalizar. Mais do que preparar o agente da produção, a mão-de-obra para o mercado, o indivíduo para o exercício de determinada profissão, o consumidor, é preciso formar o homem e a mulher. Recolocar hoje a questão do humanismo, da humanização do homem, é aceitar a provocação do pensamento, retomar o problema da natureza, do sentido do humano, do *ánthropos*.⁷ Assumir essa finalidade em nosso fazer é afastar-se do homem abstrato e anistórico e, reconhecendo as determinações histórico-sociais, não perder de vista o ser humano como ideal perfectivo e, portanto, não se acomodar diante dos valores e realidades dadas, mas com lucidez e persistência trabalhar para superá-los.

É concretamente possível a invenção e a existência de uma outra universidade que não se deixe obcecar pela *prestação de serviços* ao Estado e às empresas, pela formação de mão-de obra, de indivíduos que sabem fazer e se contentam em desembulhar pacotes tecnológicos e executar políticas e tarefas, por mais complexas e sofisticadas que sejam do ponto de vista científico e tecnológico. Refiro-me à universidade

⁷COELHO, Ildeu. Filosofia e educação. In: PEIXOTO, Adão José (Org.). Filosofia, educação e cidadania, p. 22, nota 7.

que não se deixa abastardar, não se entrega à lógica do mercado e da qualidade total, não encontra seu sentido e razão de ser na pesquisa e no ensino para o *aumento da produção* de bens e serviços e o *bom funcionamento* da sociedade e das instituições existentes.

Compreendida em seu ser, em sua natureza mesma como instituição por excelência da interrogação da cultura, dos conceitos, do sentido e da gênese das idéias e da realidade, a universidade assume o primado da reflexão sobre a realidade imediata, sobre o que se apresenta como útil e prático. Pensa o sentido e a gênese da existência pessoal e coletiva, as questões nacionais e da humanidade em sua universalidade, sem se deixar levar pelo primado da economia e do internacional. Contesta o discurso neoliberal e pós-moderno, os arautos do fim da história e das ideologias. Sabe quanto a busca desenfreada do poder, do prestígio, da fama e do dinheiro, inclusive no interior da instituição universitária, corrompe o pensamento.

Como obra de cultura a universidade procura compreender, afirmar e realizar em seu trabalho o sentido mesmo da existência individual e coletiva, da educação, da escola, da universidade, do ensino, do curso, do currículo, do saber, do ensinar, do aprender e da pesquisa. Enfim, pergunta se é e porque é possível pensar cada uma dessas realidades à luz do uno, da essência, do ser mesmo que as constitui para além de sua multiplicidade e diversidade empírica própria do processo histórico. Qual o sentido, o ser, a essência que reúne e sintetiza na unidade da educação ou da escola a pluralidade e a diversidade empíricas dos atos e das instituições educativas, ou das incontáveis formas de existência da escola? Na verdade, o ser, o sentido mesmo da universidade se impõe à multiplicidade e à diversidade das formas empíricas de sua existência espaço-temporal como *norma, modelo ideal*, somente alcançável à medida que se transcende o empírico, o aqui e o agora, o imediato, o aparente, e se compreende e se afirma o *ser*, o que *é*, o uno. Podemos, então, falar de universidade propriamente dita. Segundo Henrique Cláudio de Lima Vaz

Idéia prática, a universidade se define pela obra que realiza. Como instituição, ela torna permanentemente possível, em razão de sua natureza jurídica, e deve tomar atualmente eficaz, em virtude de seu dinamismo próprio, a consecução dos fins postulados pelo grupo social que a instituiu. Ora, estes fins se consubstanciam na obra mesma que a universidade realiza e que é uma obra de cultura.⁹

⁹VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Cultura e universidade*, p. 3.

Esse trabalho de interrogação e de busca impõe aos professores e aos estudantes o dever da *leitura*, do *estudo*, do "convívio" com os livros e os conceitos, do *pensamento*, da criação e a realização da aula como pensamento discursivo, pensamento em voz alta que acontece diante dos estudantes, convite à dúvida, à crítica, à contestação do estabelecido, à busca da verdade, e como cultivo do saber vivo e provocante da inteligência, da imaginação e da sensibilidade de docentes e discentes.

No Brasil se lê muito pouco, inclusive no ensino superior, o que é grave e preocupante, pois a leitura é fundamental também para a aprendizagem da norma culta em termos de fala e escrita, para a compreensão crítica e rigorosa do que se lê, se ouve e se vê, para o pensamento dos conceitos e suas articulações lógicas, para a compreensão das ciências, da tecnologia, da filosofia, das letras, das artes, da natureza e do homem, em sua dimensão pessoal e social. É ainda no convívio com os livros de várias áreas, e não apenas com leituras ligadas a uma estreita preocupação profissional, pragmática e utilitária, que se forma o ser humano, o profissional, o sujeito da história e da cultura. Sem uma profunda transformação no aprendizado da língua materna, da leitura e da escrita, no processo de inserção de todos os humanos no mundo da cultura, de formação de leitores e de pessoas que pensam, corremos o sério risco de condenar a maioria das pessoas de todas as idades a formarem a geração do audiovisual, a viverem num estado de pobreza cultural que não lhes permita entenderem o que lêem e, muitas vezes, nem mesmo o que vêem e ouvem.

O ensino não pode, pois, se reduzir à transmissão de informações e conhecimentos a serem guardados pelos alunos, como se o saber fosse uma *coisa*, um objeto que tem *utilidade*, uma *mercadoria* que eles podem e devem *adquirir* para satisfazer *necessidades* presentes e futuras, enfim, algo a ser *consumido*. Pelo contrário, se faz verdadeiramente ensino à medida que se realiza como permanente relação de busca do saber, interrogação do sentido e da gênese das idéias e da prática, trabalho de contínua superação das múltiplas formas de saber instituído. Reificado, coisificado, transformado em objeto, realidade morta, o conhecimento, o saber perde seu sentido, sua razão de ser, seu poder de provocar e instigar a inteligência de docentes e discentes, seu charme, seu encanto, seu poder de sedução. A redução do ensino à transmissão do saber instituído desqualifica e infantiliza o estudante, ao colocá-lo na dependência do que já foi descoberto, é ou será transmitido pelos docentes e deve ser aceito como verdadeiro pelo aluno.

Sem dúvida existem estudantes desmotivados e despreparados para o trabalho intelectual. Entretanto, a sociedade e a escola negam a muitos o direito ao aprendizado da língua materna e à inserção rigorosa e crítica no mundo da cultura, do pensamento, do trabalho intelectual. Frequentemente as condições concretas dos alunos são ignoradas ou, então, docentes se deixam limitar completamente por elas, em vez de, sem perdê-las de vista e sobretudo atentos aos *fins* da educação e da escola e aos *direitos* inerentes à condição humana, estruturarem seu trabalho no sentido de superá-las, ensinando e formando todos os alunos, motivados ou não, com deficiências ou não em sua escolarização anterior. Essa acomodação a limites que devem ser interrogados, compreendidos e superados atinge também boa parte do alunado, o que torna mais difícil, mas não impede, a superação da escola e do ensino que temos e a sua produção como diferentes.

No ensino o docente é chamado a escolher os saberes para a realização dos fins da educação e da escola, a definir as temáticas, os programas e a forma de trabalhá-los, a preparar experiências de laboratórios, a orientar os alunos; a cultivar a busca sempre retomada da verdade, formas rigorosas e claras de trabalhar os conceitos, as teorias e os métodos, sem hermetismos. Relacionando a busca do saber à realidade e ao já conhecido pelos alunos, o ensino pressupõe e exige a compreensão crítica e rigorosa, a expressão clara, lógica e acessível, a capacidade de apreender as deficiências teórico-metodológicas dos estudantes e de ajudá-los a superá-las, a sensibilidade para perceber quando não estão acompanhando as aulas. Nessa atividade essencialmente educativa, voltada para a formação de pessoas que pensam e recriam as idéias e a realidade, para a transformação dos alunos, o que interessa não é a transmissão de saberes mortos, de verdades prontas e acabadas, mas o trabalho com o saber vivo, em processo de constituição e superação de si mesmo e as relações concretas surgidas no processo mesmo de sua produção e superação.

Mais do que transmitir saber aos alunos, ensinar é, partindo do sentido mesmo da educação, da escola, do saber, do ensino e da aprendizagem, bem como da diferença entre o professor e o aluno, retomar os processos de constituição e de busca do saber convidando os alunos ao estudo, a participar dessa busca, a trabalhar o texto, a interrogá-lo, a compreender o mundo e o homem em suas múltiplas dimensões. Daí que ensinar e aprender são atos concretos de busca, de interrogação, de refazer trajetórias e descobertas, enfim, são trabalho intelectual e supõem necessariamente disciplina, persistência, estudo,

reflexão. Só consegue realmente ensinar o professor que, em seu ofício, se faz trabalhador intelectual, sujeito do processo de busca, alguém que permanentemente estuda e pensa o saber e a realidade. Aprender, igualmente, não é repetir rituais enfadonhos, adquirir e consumir conhecimentos, assimilar informações, mas enfrentar a exigente e ao mesmo tempo prazerosa atividade de busca, o trabalho com os conceitos e suas articulações, de saber, de aprender.

Ensinar na universidade é realizar o trabalho de formação de seres autônomos e livres, de intelectuais, de profissionais. É buscar junto com os estudantes o sentido e a gênese dos conhecimentos específicos e da prática social e profissional, superando o cientificismo, a fragmentação dos saberes, o dogmatismo da verdade pronta e acabada; afirmar a dimensão social e política do saber, do trabalho de ensinar e de aprender e o prazer que lhes é inerente, bem como o efetivo compromisso da universidade, do ensino, com a autonomia, a liberdade, a criação de direitos, a justiça.

Uma compreensão equivocada tem nos levado a imaginar que só se aprende na sala de aula, seguindo programas e esquemas previamente definidos pela burocracia do Estado, pela instituição escolar e pelos professores. Daí o culto de sucessão interminável de cursos e disciplinas que teriam a função de preparar o aluno para a vida e o mercado de trabalho. O *valor do futuro profissional seria medido pelo tempo que passou na escola*, diante dos professores, assistindo aulas, *adquirindo conhecimento, consumindo informações*. O professor não passaria de um transmissor de informações a serem absorvidas e consumidas pelos alunos. Esse repasse pode se dar de forma tradicional, ou com o uso de meios sofisticados de comunicação e transmissão de informações, que tendem a ocupar um lugar privilegiado no ensino, sendo seu uso considerado sinal de modernidade e de atualização, para regozijo dos grupos que produzem e comercializam essa parafernália eletrônica. Nos dois casos a relação entre professores e alunos é entendida e assumida na prática como relação entre quem sabe e quem não sabe, quem pensa e decide e quem obedece e executa, na qual, entretanto, o professor não precisa de um saber rigoroso e crítico pois na verdade é apenas um transmissor de conhecimentos e informações, auxiliado ou não por recursos tecnológicos. Ora, o docente universitário somente se constitui como tal à medida em que se dedica permanentemente ao estudo, à investigação e à reflexão, sem o que não terá condições de ensinar na universidade.

O trabalho docente exige bem mais do que especialistas em conteúdos, em métodos e técnicas de ensino e em ciências da educação. Em vez de programar e administrar o ensino, a mente dos estudantes e suas reações, o professor deve ser capaz de *pensar e recriar a escola*, e não apenas de descrevê-la e falar *sobre* ela, de formar pessoas que, insatisfeitas com o que sabem e com a realidade existente, se dediquem incansavelmente ao estudo, interroguem as idéias, os conceitos, as teorias e a realidade, escolar ou não, e trabalhem para construir um mundo diferente, fundado na liberdade, na igualdade, na democracia e na justiça. Nesse sentido a aula não é um projeto nem um processo a ser executado, mas uma realidade a ser inventada, criada como obra de arte, algo que se cria à medida que se realiza, se faz ser. É constitutivo da realidade e da existência mesma da aula em sentido pleno o pensamento, a reflexão que acontece e se realiza diante dos estudantes, como processo de afastamento do real que torna possível a apreensão rigorosa e crítica de seu ser e ao mesmo tempo convoca todos para a acompanharem o trabalho do pensamento. Na aula e no texto não temos verdades acabadas a serem aceitas, lembradas e repetidas, mas pensamento vivo e interrogante, ainda em formação, que se constitui e se realiza, diante dos estudantes. Ensinar é, pois, convidá-los a percorrer os caminhos, os métodos que levaram e ainda levam à descoberta de novos saberes, o que pressupõe a constituição de fins, princípios e meios à luz da razão e da ética, a formação de hábitos intelectuais, de bons hábitos de pensamento, a permanente abertura ao saber que ainda está por vir, por ser descoberto e criado e a busca da racionalidade, da autonomia, da liberdade, da excelência, da perfeição, na existência pessoal e coletiva, em todas as ações, momentos e situações. Segundo José Henrique Santos

Se a universidade é a instituição que tem por finalidade a busca e a transmissão do saber, devemos considerá-la também uma comunidade ética. Estudantes e professores têm em comum o ethos atividade intelectual, ou seja, um modo de vida que se expressa num conjunto de normas capaz de orientar a aquisição do saber. Elementos fundamentais desse ethos, dessas normas de convivência intelectual, são a competência, o mérito, o sistema de aferição do mérito, a liberdade acadêmica, o que implica não só a liberdade de crítica e de opinião (com o conseqüente respeito às opiniões divergentes), mas também a responsabilidade na execução nas tarefas acadêmicas.⁹

⁹SANTOS, José Henrique. Sobre universidade e ensino de graduação. ABM Noticiais. Brasília, n. 14, maio/jun. 1993

Se o professor se fecha em sua especialidade, na "barbárie do especialismo" de que nos falava Ortega em 1930, ou seja, em conhecimentos refinados em campos cada vez mais estreitos, sem perceber as limitações desse estreitamento de horizontes intelectuais e humanos, se não produz a aula como reflexão, não pode esperar que os estudantes compreendam o real como totalidade e que sejam críticos, questionadores, capazes de duvidar, de pensar. Na verdade, esse aprendizado se dá à medida que eles vêem os professores cultivarem a dúvida, a reflexão, o pensamento do real. E pensar é também não considerar verdadeiro o que nos é dado pela experiência e sentir um certo desconforto diante do estabelecido.

Finalmente, a produção de um novo ensino de graduação supõe currículos e programas concisos, " enxutos " e centrados no essencial a ser ensinado e aprendido, no que é estrutural em cada área do conhecimento, não devendo o professor ter a pretensão de fazer dos alunos especialistas em sua disciplina, ensinando-lhes quase tudo ou as últimas descobertas na área. Pressupõe ainda a existência de professores que saibam, pensem e assumam o trabalho de ensinar com seriedade e responsabilidade, bem como de alunos para os quais o estudo é um projeto pessoal, um trabalho que, assumido com disciplina e persistência, é inseparável da produção do novo, do prazer da compreensão e da descoberta.

À medida que apresentam graves deficiências em sua formação, os alunos da graduação se tornam dóceis ao mercado e ao Estado e têm dificuldades em articular uma luta efetiva para a transformação da sociedade, limitando-se muitas vezes a reivindicar aumentos de salário e melhores condições de trabalho. Nesse sentido, é fundamental a transformação das condições precárias de trabalho que os alunos encontram na universidade, procurando superar a precariedade e a pobreza das bibliotecas e laboratórios, a mera transmissão de saberes prontos, acabados e dogmáticos, o excesso de horas-aulas por semana, o pouco tempo para o estudo, os currículos extensos, desarticulados e que não se constituem como projetos de investigação, centrados no projeto de curso e no que é realmente fundamental e estrutural na área e na matéria.

A universidade e os currículos são totalidades vivas, complexas, em construção, perpassadas por conflitos e contradições, definidas pelo sentido que docentes e discentes imprimem a suas atividades de estudo e investigação, pelo que realmente realizam nas aulas, na biblioteca, no

estudo individual, nos seminários, nos laboratórios, nas provas e trabalhos que produzem. O currículo, o projeto de formação, enfim, o ato de educar e de educar-se é sempre uma realidade histórica e envolve sonhos, desejos, inquietação diante do presente e o trabalho de construção do futuro, do que ainda não existe, tendo em vista aquilo que *é*, o que constitui a natureza, o sentido mesmo dessas realidades e se impõe como devendo ser realizado na e pela ação. É uma aposta na inteligência, na lucidez, nas possibilidades e no trabalho de produção do diferente, de auto-superação por parte de professores e de estudantes, bem como em sua *conversão ao pensamento, ao ser, àquilo que é*. Jamais, portanto, será algo acabado, resposta definitiva, mas permanente interrogação, inseparável do prazer e da alegria de superação da realidade existente e da criação do novo, do "in-existente".

Instituição por excelência da razão, do pensamento, a universidade interroga e expressa o mundo físico e a existência humana, pessoal e coletiva, elevando-os à esfera do conceito, da teoria, da vida do espírito, da vida teórica. Preserva e guarda o saber, não como coisa ou propriedade a ser conservada, algo a ser armazenado, mas sob a forma do permanente questionamento, da contestação, da criação de novos conceitos, enfim, submetendo à crítica, ao crivo da razão, o saber instituído, as idéias, os métodos, as teorias, a razão, a prática e a si mesma. O trabalho de pensar e realizar a universidade como obra de cultura exige a construção do *currículo* como "conjunto de atividades estruturais e articuladas (disciplinas, seminários e outros eventos científico-culturais), constituidoras de um projeto rigoroso e coerente de investigação, de busca do sentido e da gênese do mundo físico, da sociedade, do próprio saber, do currículo, do ensinar e do aprender, e que produzem, ao mesmo tempo, a formação dos alunos como homens e mulheres, intelectuais, cidadãos e profissionais."¹⁰

A realização da universidade e do currículo como obras de cultura, totalidades vivas, passa necessariamente pelo rompimento com a ingênua oposição entre tecnicismo e humanismo no ensino de graduação¹¹ e com a idéia e a prática simplistas e cômodas de que reformar o currículo é tirar, acrescentar e deslocar disciplinas, diminuir ou aumentar as horas-aula ou créditos exigidos, rever as ementas das disciplinas, modificar a resolução curricular do curso. Uma reforma

¹⁰COELHO, Ideu Moreira. Ensino de graduação: a lógica de organização do currículo. Educação Brasileira. Brasília, v. 16, n.33, p. 43-75, jul./dez. 1994.

¹¹COELHO, Ideu Moreira. Ensino de graduação e currículo, p. 11-12.

curricular supõe mudança de idéias, de concepções e de prática, a realização, a confirmação em cada docente e discente do ser humano, do sujeito da cultura, do estudante e do intelectual que eles são e, ao mesmo tempo, *devem ser*. A participação dos estudantes na discussão das reformas curriculares é, pois, fundamental, embora tenha seus limites, pois não sabem como definir o que deve ser ensinado em cada disciplina, como fazê-lo e como avaliar a aprendizagem dos alunos, dos docentes e da instituição. Espontaneamente não pedirão que os disciplinem, lhes imponham horários, valores e hábitos contrários a seus interesses e vontades, e muitas vezes reclamam da leitura de textos difíceis, do trabalho com os conceitos, as teorias e os métodos, e da exigência de produzirem trabalhos realmente rigorosos e críticos. Essas são algumas das exigências das quais a instituição universitária não pode abrir mão, pois a sociedade tem o direito de contar com sócios formados em cursos superiores que, na realização de qualquer atividade e no exercício de uma profissão, trabalhem efetivamente no sentido de criar direitos, construir o bem comum, a autonomia, a liberdade, a igualdade e a justiça. Em vez de *serviço* oferecido pelo Estado aos indivíduos, ou por grupos privados aos clientes e consumidores, a educação, a escola, a universidade e a formação são *direito* das pessoas e, em especial e antes de tudo, da sociedade. Imaginar o sentido, a razão de ser e a importância da universidade a partir dos serviços que oferece, presta ou pode prestar ao mercado, às empresas e ao governo é submetê-la aos interesses dos que encomendam e financiam a pesquisa e, às vezes, também o ensino e outras atividades.

Mais do que preparar indivíduos para o trabalho, do que ensinar e aprender a fazer e a resolver problemas práticos e imediatos, a formação universitária é o momento da teoria, da interrogação da realidade e das idéias, do pensamento da prática. O ensino e a pesquisa na universidade visam compreender o mundo e a existência humana, pessoal e coletiva, formar homens ao mesmo tempo contestadores e fiéis¹² que buscam a verdade e lutam com lucidez e coragem contra o que destrói a autonomia pessoal e institucional, a liberdade, a existência e a dignidade humanas. Ensino e pesquisa possuem, pois, uma dimensão ao mesmo tempo científica, epistemológica, reflexiva, social, ética e pedagógica. Esse é o seu sentido, imposto a todos como imperativo, necessidade a ser realizada. A formação universitária, então, não é privilégio, mas *direito* da sociedade e das pessoas.

¹²SARTRE, Jean-Paul. O testamento de Sartre, p. 71

Um pragmatismo exacerbado e uma excessiva valorização do econômico, entretanto, tem reduzido a ética, o direito e a justiça a algo secundário, dependente e subordinado ao *sucesso* individual, medido em termos operacionais, de lucro fácil e rápido e de acúmulo de bens materiais. Formando os alunos apenas ou sobretudo do ponto de vista profissional e técnico-científico, a universidade contribui para que, na luta pela sobrevivência e pela conquista de espaço no mundo bruto da concorrência, acabem muitas vezes abrindo mão da ética e dos ideais de autonomia, liberdade e justiça. Reconhecendo que a pesquisa é fundamental para que o ensino não se fossilize, às vezes professores altamente especializados e eminentes pesquisadores confundem a mente dos alunos, trazendo para as aulas, diretamente e sem maiores cuidados, os frutos de sua investigação, as dúvidas e as idéias ainda embrionárias que pululam em sua mente. Do mesmo modo, transportar para a graduação, especialmente para os primeiros anos de faculdade, o que aprendemos nos cursos de pós-graduação, os problemas e os resultados das pesquisas, dissertações e teses nem sempre contribui para a aprendizagem dos estudantes que em geral não têm condições de entender o que pretensiosamente queremos lhes ensinar. Se, por um lado, os conhecimentos científicos hoje podem ser superados num tempo mais curto, por outro, sem dominar determinados conhecimentos estruturais os alunos dificilmente conseguirão desenvolver a reflexão pessoal. Daí a necessidade de centrar sua formação no essencial, ajudando-os a pensarem além das especialidades ou áreas, a distinguirem o essencial do acidental.

Com efeito, o ensino e a pesquisa por si sós não definem a especificidade da universidade, pois, embora com finalidades e sentido diferentes, essas atividades são desenvolvidas também por outras instituições, como as forças armadas e algumas empresas.¹³ Ao fazerem ensino e pesquisa as empresas têm em vista, por exemplo, lançar novos produtos, resolver problemas específicos do setor, aperfeiçoar seu funcionamento e desempenho, aumentar a eficiência, a produtividade e o lucro. Visam, pois, atender aos seus interesses, particulares e específicos e em geral conflitantes com os interesses de outros grupos e em especial com o bem comum. Ao oferecer cursos, seminários, *workshop* e outras formas de ensino a seus trabalhadores, elas buscam atingir os mesmos objetivos, mediante a preparação dos empregados para o bom

¹³Apesar de hoje às vezes se falar em universidade das forças armadas ou de determinada empresa, a expressão no caso é usada em sentido completamente diferente daquilo que historicamente, desde o início dessa instituição na Idade Média, tem recebido esse nome

desempenho das funções, a execução das atividades, o cumprimento das tarefas, numa palavra, para serem fiéis servidores da empresa.

Ao contrário das pesquisas realizadas nas empresas públicas e privadas e em outras instituições do Estado, cuja qualidade e importância são em geral reconhecidas, as pesquisas desenvolvidas na universidade não visam sobretudo a atender aos interesses das empresas, do Estado ou de políticos governos. Devem, entretanto, estar ligadas, mediata ou imediatamente à realização do ensino universitário, da sociedade fundada na autonomia, na liberdade, na igualdade, na justiça, na dignidade dos seres humanos. Diferentemente do que acontece na empresa, a pesquisa e o ensino universitários, sob pena de negação de seu sentido e identidade, não podem reduzir o saber a coisa, a mercadoria a ser distribuída, socializada e apropriada pelos estudantes, nem privilegiar a tecnologia e a ciência ou a elas reduzir o saber. Sem jamais limitar a ciência às ciências da natureza, devem assumir as humanidades, a filosofia, as letras, as artes plásticas, a música, a dança, o teatro, o cinema e o circo como criações humanas e dimensões essenciais da formação dos seres humanos. Os gregos compreenderam muito bem que as humanidades possuem o poder quase ilimitado de elevação espiritual, de humanização do homem, de elevação de todos aos mais altos ideais de liberdade, de criação, de beleza, de perfeição. Sem elas o ensino dificilmente escapa aos caminhos da repetição, da banalização e da simplificação grosseira do saber pronto. Por sua vez, sem ensino de graduação rigoroso, crítico e que busque o sentido e a gênese dos conceitos, das teorias e dos métodos não há como se pensar em formação intelectual, em aprendizado e cultivo do pensamento, em pós-graduação e em pesquisa.

Esta deve alimentar-se sempre do princípio da dúvida e do questionamento que nos leva a tomar qualquer descoberta ou afirmação como provisória, do princípio da busca do saber e da verdade e do compromisso com a verdade. Sem a criação e o cultivo de hábitos relativos ao trabalho intelectual, o desenvolvimento da capacidade de criar, a dedicação apaixonada e a permanente interrogação das certezas, dos conceitos, das teorias e dos métodos de investigação, não há produção intelectual, não há pesquisa, nem mesmo ensino superior. Não sendo uma busca qualquer, no sentido comum da expressão, a pesquisa supõe capacidade de pensar, de criar, de interrogar de forma rigorosa e crítica teorias, métodos, práticas e explicações consagradas. Para pesquisar é preciso, pois, que o indivíduo conheça as questões fundamentais do ponto de vista metodológico e teórico-conceitual do

campo do saber no qual pretende avançar e aprofundar. Conceitos rigorosos e definições claras e precisas são essenciais quando se pretende ir além, superar o que a experiência, a realidade imediata, a aparência e o saber instituído oferecem.

Sem o reconhecimento do não-saber, o desejo e a firme decisão de superá-lo, a pesquisa pouco vale, pois não contribui para o avanço do conhecimento humano. Na melhor das hipóteses descobre o que muitos já sabem, menos o suposto pesquisador. Atividade especializada, ela supõe formação específica, não podendo ser feita por modismo, diletantismo, amadorismo e exigência formal. Transformada às vezes em exigência burocrática para quem tem ou almeja conseguir regimes especiais de trabalho, 40 horas e dedicação exclusiva, ou obter reconhecimento dos pares, a pesquisa perde sua força instituinte, seu sentido e importância na constituição da vida universitária.

Ensino e pesquisa não mantêm relações tranquilas e harmônicas entre si, e freqüentemente entram em conflito na captação de recursos, na definição e no uso do espaço físico, do sistema de bibliotecas, dos equipamentos, do tempo e da atenção que cada docente dedica a essas atividades. Se por um lado a proclamada indissociabilidade entre eles não advém da lei nem é algo dado, mas precisa ser construída a cada momento, por outro, não divisamos com nitidez os contornos de cada um e como suas articulações estariam ou não se dando. Daí a necessidade de superarmos o discurso fácil da indissociabilidade, aprofundando e assumindo com lucidez e rigor os vínculos intrínsecos entre a universidade, a cultura, o ensino, a pesquisa e a sociedade. Essas não são tarefas fáceis e pressupõem rigor, crítica e reorientação da prática acadêmica e das políticas de educação.

Condição sem a qual não se pode falar em vida acadêmica, em universidade, a pesquisa deve ser incentivada, exigida das áreas, departamentos e docentes e desenvolvida com seriedade e rigor acadêmicos. Mais do que propiciar o aumento da produtividade das empresas e a promoção geral do bem-estar, o ensino e a pesquisa na universidade devem contribuir para a compreensão rigorosa e crítica da natureza, da existência humana, em sua dimensão social e pessoal, dos conceitos, das teorias e dos métodos de investigação, bem como para o ensino rigoroso, crítico, instigante, provocante do pensamento, da imaginação e da sensibilidade de estudantes e docentes, enfim, para a formação de sujeitos da cultura. Sem pesquisa o ensino dificilmente não trilhará os caminhos da repetição, da banalização e da simplificação

grosseira do saber pronto. Por sua vez, sem ensino de graduação rigoroso, crítico e que busque o sentido e a gênese dos conceitos, das teorias e dos métodos não há como se pensar em formação intelectual, em aprendizado e cultivo do pensamento, em pós-graduação e em pesquisa.

À medida que assumimos essas dimensões do trabalho acadêmico, o ensino e a pesquisa deixam de se constituir como formação profissional, mero atendimento do mercado, conhecimentos fragmentados, quantificados, catalogados como se fossem *coisas*, *conteúdos* a serem transmitidos aos alunos, *produtos* para aumentar e inflar os *curricula vitae*, os currículos Lattes de professores, os relatórios de departamentos e programas de pós-graduação, numa *corrida* desenfreada, pouco acadêmica e racional, atrás dos recursos das agências de fomento à pesquisa, dos louros do mercado, dos excedentes que o capital reserva e destina à pesquisa e até a determinadas áreas e aspectos do ensino. E então a universidade se faz instituição por excelência da cultura, da formação humana, da contestação, da crítica da produção social, inclusive de si mesma, da inserção *crítica* de jovens e adultos na esfera da cultura, do pensamento, da imaginação e da sensibilidade. Esse é o sentido da formação de professores e estudantes como seres humanos, intelectuais, trabalhadores que pensam o real e o que fazem e, por isso, não somente o compreendem, mas o recriam como diferentes, outros. Compreendido e realizado como autêntica obra de cultura, esse processo é verdadeiramente transformador, pois questiona, interroga, desestabiliza e transforma a realidade existente, conferindo-lhe novo significado, recriando-a, fazendo-a outra.

Referências Bibliográficas

COELHO, Ildeu. *Ensino de graduação e currículo*. Curitiba: UFPR/PROGRAD, 1994. (Graduação em debate, 2).

_____. Filosofia e educação. In: PEIXOTO, Adão José (Org.). *Filosofia, educação e cidadania*. Campinas: Alínea, 2001, p. 19-70.

_____. Ensino de graduação: a lógica de organização do currículo. *Educação Brasileira*. Brasília, n.33, p. 44-45. JAEGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MARX, Karl. O 18 brumário de Luís Bonaparte. In: CIVITA, Victor (Ed.). *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. v.35, p.329-410.

PLATÃO. *República*. 8.ed. Tradução e notas Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.

SANTOS, Milton. O intelectual anônimo. *Correio Brasiliense*, 25.6.2001.

SARTRE, Jean-Paul. *O testamento de Sartre*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

VAZ, Henrique Cláudio de Lima. *Escritos de filosofia III: filosofia e cultura*. São Paulo: Loyola, 1997.

_____. *Cultura e universidade*. Petrópolis: Vozes, 1966.